



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 332

25/11/11 a 01/12/11¹

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

¹Nos dias 25, 27 e 28 de novembro, não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Brasil enviou equipe para desativar minas líbias

O governo brasileiro firmou o compromisso com o Conselho Nacional de Transição da Líbia para o envio de uma equipe de especialistas que ajudarão na remoção de minas antipessoais. As minas foram utilizadas no conflito entre o regime de Muammar Gaddafi, seus oponentes e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan). A equipe também verificará a procedência de minas que foram instaladas por Gaddafi, que segundo denúncia da Campanha Internacional pela Proibição das Minas (ICBL, na sigla em inglês), são procedentes do Brasil. Porém, o Itamaraty declarou-se cético sobre a verdadeira procedência das minas encontradas pela ICBL, tendo em vista que não foram encontrados registros de venda dos artefatos (Folha de S. Paulo - Mundo - 26/11/2011).

Divulgado relatório que acusa o governo sírio por crimes contra a humanidade

No dia 28 de novembro, foi divulgado o relatório da investigação sobre a Síria da Comissão Internacional Independente de Investigação da Organização das Nações Unidas (ONU), que estava sendo conduzida pelo diplomata brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro. O documento denunciou a tortura de civis, incluindo mulheres e crianças, a repressão de manifestantes desarmados e a adoção de assassinatos em massa em estádios, escolas e hospitais, sob ordens da cúpula do governo de Bashar Assad. Segundo Pinheiro, a comunidade internacional precisa proteger a população síria. O diplomata também defende o envio de observadores para garantir que haja algum tipo de controle sobre o regime. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, afirmou que as acusações à Síria no relatório da ONU são graves e que é inaceitável o uso do aparato do Estado para reprimir os protestos. Ademais, no dia 30, o Brasil aderiu a um pedido de convocação de uma reunião de emergência da ONU para discutir a situação do governo sírio. O governo brasileiro também declarou que é contrário às ações militares e às violações de direitos humanos para politizar o debate (Correio Braziliense – Mundo – 29/11/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 29/11/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 30/11/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 01/12/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 29/11/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 01/12/2011).

Lago declarou que Brasil não tomará decisão sozinho

No dia 28 de novembro, iniciou-se a 17ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP-17) em Durban, África do Sul. Na ocasião, quando questionado sobre as metas obrigatórias de corte de emissão de gases-estufa, o embaixador André Corrêa do Lago declarou que o Brasil tomará uma decisão em conjunto com África do Sul, Índia e China (Basic) e com o G77+China,



Observatório de Política Exterior do Brasil

grupo que reúne 130 países em desenvolvimento. Lago afirmou ainda que deve ser mantida a diferença no tratamento entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento quanto a essa questão, pois as ações trarão grande impacto econômico para os países emergentes (O Estado de S. Paulo – Vida – 29/11/2011).